

## ***Guerra e mentira: uma questão de estrutura, historicidade e ideologia***

WAR AND LIE: A QUESTION OF STRUCTURE, HISTORICITY AND IDEOLOGY

*Luiz Felipe Brandão Osório\**

Leonardo Godoy Drigo\*\*

### **RESUMO**

Este artigo investiga relações possíveis entre guerra e mentira a partir do referencial do materialismo histórico. É a estrutura do modo de produção social que guia a historicidade específica da análise de cada conceito e, dessa maneira, a partir do objeto inicial do conceito de guerra, percebem-se nuances específicos nas fases concorrencial, fordista e pós-fordista. Já desde aí, então, uma primeira relação formal-funcional se estabelece, já que guerra e mentira, seja em qual fase for do capitalismo, prestam-se à acumulação de capital a partir da autovalorização do valor. Na investigação do segundo objeto deste artigo, a mentira, iniciada por uma teoria material da ideologia, chegam-se aos conceitos fundamentais de mentira-propaganda, sobre as representações mentais episódicas dos e para os sujeitos, e de mentira-invisibilidade, de natureza epistemológica e crítica das produções teóricas não-marxistas. A relação aqui se mostra de natureza material-funcional, atrelando-se necessariamente ambos os conceitos de mentira ao de guerra.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra; Mentira; Relações conceituais; Materialismo histórico; Capitalismo.

### **ABSTRACT**

*This article investigates possible relationships between war and lies from historical materialism's perspective. It is the structure of the social mode of production that guides the specific historicity of the analysis of each concept and, thus, based on the initial object of the concept of war, specific nuances can be perceived in the three different phases. From there, a first formal-functional relationship emerged, since war and lies,*

---

\* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. [luizfelipe.osorio@gmail.com](mailto:luizfelipe.osorio@gmail.com).  
<http://lattes.cnpq.br/3301439900215530>. <https://orcid.org/0000-0001-6058-7809>

\*\* [leogodoyd@gmail.com](mailto:leogodoyd@gmail.com). <https://lattes.cnpq.br/6577149240874039>.  
<https://orcid.org/0000-0002-3737-0705>.

*regardless of the phase of capitalism, lend themselves to the accumulation of capital based on the self-valorization of value. Investigating the second object of this article, the lie, initiated by a material theory of ideology, we arrive at the fundamental concepts of lie-propaganda, about the episodic mental representations of and for subjects, and lie-invisibility, of an epistemological and critical nature of non-Marxist theoretical productions. The relationship here is of a material-functional nature, necessarily linking both concepts of lying to that of war.*

**KEYWORDS:** War; Lies; Conceptual relationships; Historical materialism; Capitalism

## Introdução

O mote desta investigação é explicitar uma relação conceitual possível entre guerra e mentira, desde uma filosofia de tendência materialista, marxista.

Parte-se, aqui, do pressuposto de que não existe guerra ou *a* guerra como conceito invariável na história humana. A mera constatação formal de que houve conflagrações de força entre seres humanos desde as épocas mais priscas da historiografia verificável não se presta como lastro conceitual para os diversos tipos possíveis em que se podem verificar tais conflitos, sob pena de grave imprecisão. Sob tal critério formal, por exemplo, não se poderiam distinguir práticas criminosas sistemáticas em dado território (assassinatos, roubos, rixas etc.), práticas de organizações criminosas, ainda que abrangendo diversos territórios diferentes (terrorismo, genocídios etc.), e guerras propriamente ditas.

O primeiro passo deste artigo, portanto, é o de estabelecer um conceito sobre as guerras e, para tanto, serão utilizados os lastros teóricos estabelecidos por uma tradição de pensamento filosófico que passa por Karl Marx e Louis Althusser, denominada materialismo histórico. A intenção é obter uma avaliação de historicidade específica para o conceito de guerras a partir do momento histórico em que o modo

de produção capitalista tendeu a se universalizar pelas formações sociais do globo terrestre e daí em diante.

Depois, será possível verificar como as justificativas para a ocorrência desses eventos passam pela mentira, ao ignorarem as razões materiais concretas que levam à deflagração e à contínua execução dos conflitos dessa espécie. Trata-se, a partir de uma perspectiva filosófica sobre a ideologia prática, também materialista, de uma mentira que se pode caracterizar em dupla conceituação: por um lado, uma ignorância forjada e deliberada sobre os motivos materiais das guerras (*mentira-propaganda*); por outro lado, a própria impossibilidade teórico-científica generalizada de compreensão, estudo e comunicação dos fundamentos estruturais e históricos que levam às guerras (*mentira-invisibilidade*).

O segundo passo deste artigo, portanto, é definir os limites da teoria material da ideologia que se pretende utilizar para, depois, à luz do(s) conceito(s) de mentira aí inserido(s), demonstrar a relação que se verifica entre os termos propostos: guerra e mentira.

O objetivo final é concluir sobre a mentira nas e sobre as guerras, no modo de produção capitalista, seja como parte de uma necessária justificação de demandas materiais conjunturais de Estados no sistema internacional, seja como aquilo que Louis Althusser denominou “a identidade do não-ver com o ver no ver” (1979, p. 20) de uma ideologia que se apresenta como produção teórica dominante em um tempo histórico determinado.

## **1. Conceito de guerra: historicidade e especificidade**

O uso da violência como meio de resolução de conflitos não é nenhuma novidade no convívio social. É possível até se perder nos labirintos da História para buscarmos quando a guerra começou. Para

este estudo, não importa a data de nascimento da guerra, mas a especificidade que ela ganha nos tempos atuais. Leia-se: se o objetivo desta pesquisa é debater a relação conceitual possível entre guerra e mentira a partir do materialismo histórico, a atualidade a se considerar é todo o período em que o modo de produção capitalista emerge e se torna dominante pelo globo. Trata-se do reconhecimento, aqui, da inexistência de qualquer continuidade homogênea de tempo na análise da história humana, ou seja, no e para o materialismo histórico, também a guerra (assim como o direito, o Estado, a religião etc.) não tem história própria, história alheia ao modo de produção em que inserida sua ocorrência e, como consequência, seu conceito também deve ser buscado em referência aos termos gerais em que o modo de produção se rege, sua estrutura.

A este respeito, cada um destes modos de produção específicos contém relações específicas que têm de ser descritas com categorias que apenas mantêm a sua validade no que diz respeito a esses modos de produção. Nesse sentido, as categorias que descrevem o modo de produção capitalista são categorias “históricas” e de modo algum trans-históricas; elas são válidas apenas para a fase histórica em que o capitalismo é o modo de produção dominante.<sup>1</sup> (Heinrich, 2004, p. 32)

Assim, é fundamental pontuar que desde os antecedentes até a eclosão dos dois acontecimentos mais marcantes do estabelecimento do capitalismo, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, as guerras estão presentes, e mais: são suas parceiras.

---

<sup>1</sup> No original: “In this respect, every one of these specific modes of production contains specific relationships that have to be described with categories that only retain their validity with regard to these modes of production. In this sense, the categories that describe the capitalist mode of production are “historical” and in no way transhistorical categories; they are valid only for the historical phase in which capitalism is the dominant mode of production.”

Naturalmente, a noção de guerra da virada entre o século XVIII e o XIX é completamente distinta do momento hodierno. Com a expansão e o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, o conceito de guerra vai ganhando contornos cada vez mais específicos. O primeiro deles (e marcante até hoje) é seu caráter internacional<sup>2</sup>. O sentido aqui é o entre nações, especificamente, entre Estados-nação delimitados em seus territórios com a presença de seus nacionais. Em outras palavras, o movimento dos capitais vai espraiando-se da Inglaterra pela Europa e dela para o mundo, particularizando os territórios em unidades isoladas e fragmentadas politicamente entre si, moldando sua organização política na forma política estatal<sup>3</sup>.

Esse sistema internacional emergente, de configuração necessariamente múltipla e plural, coloca suas peças em permanente concorrência em torno da acumulação capitalista, a qual é permeada por crises e contradições (dentre as quais a principal envolve a internacionalização dos capitais e a nacionalização da força de trabalho). Assim, a concorrência pela maior acumulação de capital demanda a nacionalização da tutela militar, pois ela se torna um fator essencial (Osório, 2018).

---

<sup>2</sup> Conforme reconhecido pelo próprio Direito Internacional Humanitário, no Protocolo Adicional I, de 1977, às Convenções de Genebra, de 1949. Cabe ressaltar que movimentos beligerantes e insurgentes podem ser reconhecidos como equivalentes a Estados para esses fins.

<sup>3</sup> Aqui se considera o Estado-nação, enquanto forma política do capitalismo, como um ente separado das relações econômicas imediatas entre os sujeitos, com monopólio do exercício da força física organizada, para resguardar a regularidade da reprodução das relações sociais de produção e de circulação mercantil, e que forma o nexo de uma comunidade política de equivalência abstrata dos sujeitos na e pela nação. Sobre o tema, conferir Alysson Mascaro (Mascaro, 2013).

Não fortuitamente as outrora milícias, forças armadas difusas e descentralizadas, acompanham o movimento de concentração e de territorialização do poder político em um centro hierárquico. Assim, vão se formando os Exércitos nacionais, com hierarquizações e regras específicas que coincidem com a forja nacional. O recrutamento, as patentes e a atuação vão se tornando nacionais, deixando, inclusive, de lado o aspecto nobiliárquico que alguns postos detinham por tradição. O processo de guerras que marca a unificação territorial é também o constituinte dos Exércitos nacionais. O exército napoleônico, que consolidou o Estado nacional francês, serviu de inspiração para processos burgueses revolucionários do século XIX em diante e mesmo para as modernizações pelo alto, estatais. As Forças Armadas ganharam também um conteúdo próprio do capitalismo, com especializações e regras gerais e impessoais (Hobsbawm, 1996).

Dado o período ainda de consolidação, verifica-se que as primeiras batalhas internacionais eram primitivas e localizadas. A máquina de guerra era mais empregada para a ampliação e a manutenção dos impérios coloniais, com pouca inovação ainda. O salto vem com a Primeira Guerra Mundial, com o uso da navegação submarina e da aviação. A sofisticação tecnológica possibilita alargar o âmbito dos conflitos e torna o caráter internacional indisfarçável. Da Segunda Guerra Mundial em diante o que se viu foi a transformação da guerra convencional em um estado paulatino de guerra permanente.

Nesse sentido, dizer que a guerra é a continuação da política por outros meios, como faz Clausewitz (2023) e seus seguidores, apesar de ser correta, é uma afirmação que não desempata a contenda, pois reduz apenas a problemática ao âmbito da política, o que é incompleto. Que é uma questão estritamente militar, de armas, técnicas, táticas e estratégias, também não faz avançar muito. Buscar o conceito de guerra a partir de Marx e Engels já ajuda bastante, considerando a ênfase que ambos

atribuíam à noção. Engels, inclusive, notabilizou-se por ser um arguto analista militar<sup>4</sup>. Basicamente, a análise da guerra envolve as relações de produção e de classe enredadas em um conflito, o que vai além do binômio guerra e revolução que marcou os primeiros escritos de ambos (Bugiato, 2018). E também perpassa a noção desenvolvida pelo marxismo mais clássico entre o militarismo e a acumulação capitalista (Luxemburgo, 1985).

A proposição aqui é de que a guerra, como uma forma social do capitalismo, que, de maneira mais geral, deriva da forma mercadoria<sup>5</sup>, está vinculada às suas especificidades e à sua historicidade, conforme a fase de desenvolvimento do modo de produção.

Como até a Primeira Guerra Mundial as relações de produção estavam se expandindo ainda dentro do continente europeu, a partir de então começaram a se mundializar. A forma política estatal ainda era primitiva, no sentido de que não se tinha uma ossatura institucional robusta. Os interesses das poucas frações burguesas eram diretamente identificados com os do Estado, o qual era tomado como o comitê central da burguesia. O nacionalismo esvaziava o movimento trabalhista e engrossava as fileiras dos Exércitos nacionais. Logo, era mobilizado diretamente contra o internacionalismo proletário. As turvações das formas sociais e a separação relativa entre poder econômico e poder político ainda não estavam tão perceptíveis. As guerras eram ou localizadas ou de expansão do espaço exterior do nacional, como o fortalecimento dos impérios coloniais. Nessa fase, que pode ser chamada

---

<sup>4</sup> Uma evidência da importância que Marx e Engels atribuem à questão está na discussão travada pelos dois em artigos e correspondências durante a Guerra Civil dos Estados Unidos. Para mais, ver Marx e Engels, 2022.

<sup>5</sup> Aqui não caberia exatamente uma citação indireta, mas a indicação de Pachukanis e dos Debates da Derivação do Estado como base teórica da análise. Para mais, ver Caldas, 2021.

de liberal ou concorrencial, as principais características da guerra no capitalismo estavam em formação.

É com a segunda fase, culminando com a Segunda Guerra Mundial e marca da consolidação do regime de acumulação denominado fordismo, que se chega ao interregno das guerras convencionais, atuais. O fordismo, com efeito, assinala a fase de desenvolvimento do capitalismo que foi cunhada pelo regime de acumulação territorializado, nacionalizado, muito identificado com o capitalismo industrial, e seu modo de regulação correspondente sendo nacional-estatal, intervencionista, keynesiano (Mascaro, 2013). Logo, assim também passaram a ser as guerras. As tropas nacionais digladiavam-se, valendo-se da forja nacional, como uma competição esportiva, para coroar o povo mais forte. As batalhas eram territorializadas e já envolviam uma série de regulações. O esforço e os gastos de guerra eram públicos, da indústria bélica nacional. Ademais, passou-se a ter uma preocupação com a regulação dos conflitos na esfera multilateral. A Organização das Nações Unidas é uma inflexão nesses desdobramentos. Com ela veio a proscrição normativa geral do uso da violência para a solução de controvérsias e a concepção de segurança coletiva, a qual conferia para seu Conselho de Segurança o monopólio do uso da força em âmbito internacional. Esse arranjo começou, no entanto, a naufragar junto com as derrotas da principal potência econômica e militar internacional, pouco mais de duas décadas depois.

O movimento que iniciou a desconstrução do fordismo ilustra a incapacidade de manutenção daquela configuração frente à pressão dos capitais por ganhos extraordinários, seguida da tendência à queda da taxa de lucros, sucedâneo do capitalismo do pós-guerra, principalmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. O que começou nos anos 1970 chegou ao apogeu nos anos 1990, com a intensificação da internacionalização das relações de produção pelo mundo. Os capitais



competitivos reforçaram a pressão pela sua internacionalização e a abertura das economias nacionais para sua entrada. Assim, veio a desconstrução dos pilares do fordismo, o regime de acumulação passou a ser desterritorializado, internacional, e o modo de regulação correspondente passou a ser neoliberal, no sentido de retirada de competências soberanas de controle da economia e sua transferência para a iniciativa privada ou para órgãos multilaterais técnicos. Portanto, concretizou-se o pós-fordismo (Hirsch, 2010), muito identificado com o capitalismo financeiro, em função da centralidade da financeirização nesse padrão de desenvolvimento capitalista. A guerra passa a ser difusa, cada vez mais frequente, não envolvendo apenas forças nacionais, mas internacionalizadas, contando com ações de grupos privados especializados. Assim, advieram mudanças, principalmente a revolução tecnológica na produção e as novas formas de organização do trabalho, abrindo a fronteira de possibilidades de valorização do valor. Essa coalizão carrou o desfazimento do amálgama político-ideológico que havia mantido a coesão da sociedade fordista.

O Estado de segurança (*Sicherheitsstaat*), caracterizado por burocratização, regulamentação, controle e normatização, foi substituído pelo Estado concorrencial (*Wettbewerbsstaat*), fomentador da competição e do livre mercado (Hirsch, 1995). O modelo de bem-estar social (*welfare*) passou à desregulamentação e à precarização das condições de vida, gerando o estado de guerra econômica do livre mercado (*warfare*), mediante a abertura internacional dos mercados, abrindo novas esferas internas e externas de valorização do valor, como no caso das privatizações, concessões e reformas, por exemplo.

Em outras palavras, a guerra não é apenas um fenômeno de dominação política e militar ou de sujeição dos povos, mas é um dínamo central da acumulação capitalista (Kurz, 2020). E nessa quadra histórica, o regime de acumulação desterritorializado e o modo de regulação

internacionalizado ou privatizado apontam para um estado de guerra permanente (Menegat, 2019). Esse panorama pode ter-se permeado por guerras convencionais, entretanto, a perenidade ocorre a partir das tensões, hostilidades, sabotagens, diferentes formas de pressão, conflitos indiretos (ou por procuração) e privatizados, além da contínua preparação para a guerra, antes mesmo de qualquer medida de austeridade.

A dinâmica atual acentua e molda a forma política do internacional dentro do modo de produção capitalista, o imperialismo. Diferentemente do interior dos Estados-nação, que se organizam em uma forma política estatal, na seara externa a forma política é difusa, de autotutela, anárquica e repleta de hierarquizações que se estruturam em torno da força material. Ao longo da trajetória do capitalismo em âmbito internacional, a locomotiva dessa máquina passou a ser guiada pelos Estados Unidos, tendo no G-7 (coalizão dos sete países do centro da acumulação capitalista) o núcleo metropolitano que se contrapõe à periferia do globo, como hierarquização axial. A relação intermetropolitana entre sócios majoritários e minoritários fica, principalmente depois dos anos 1990, ainda mais evidente.

Os Estados Unidos incorporam, ainda que em uma relação não isenta de conflitos com os outros centros capitalistas e de maneira basicamente precária, um “monopólio da força que atravessa os Estados singulares, e é necessário para a reprodução do capital em operação internacional” (Hirsch, 2010, p. 226).

Nessa toada, ademais, explica-se a dinâmica do monopólio da força no plano internacional, relacionado com a guerra permanente do pós-fordismo.

Através da internacionalização do Estado, o aparelho de força ramifica-se em diferentes níveis e em áreas funcionais. Com isso, ocorre uma cooperação militar e policial entre os Estados mais ou menos institucionalizada

formalmente, enquanto os Estados Unidos atuam como instância de força central, de maneira inteiramente conflituosa, no asseguramento das relações capitalistas de produção em todo o mundo. A reestruturação neoliberal implica um fortalecimento da privatização do aparelho de força, como forma de serviços de segurança privados e agências de vigilância. Empresas militares são fortalecidas pelos governos. A violência estatal se junta com a violência privada. Ao mesmo tempo, cresce o significado de formas “terroristas” de ações de guerra face à dominação quase ilimitada dos Estados metropolitanos. (...) Mas, nesse contexto, não se pode falar simplesmente de um debilitamento do monopólio da força estatal. Em certo sentido, ela assume inclusive uma força mais intensa e aumenta a sua força de ataque (Hirsch, 2010, p. 243-244).

Nesse bojo, de desterritorialização da acumulação e da intensificação da internacionalização das relações de produção, a burguesia interior, aquela com vínculos com o exterior, mas também com bases nacionais, muito identificada com as frações financeiras, ocupa a dianteira no bloco de poder dos Estados, mostrando-se vitoriosas com o processo da globalização financeira e a abertura das economias (Poulantzas, 1975). O que também revela suas conexões com o complexo industrial militar. Esse arranjo, no entanto, contraditoriamente, em função de seu triunfo, está imerso desde 2008 em uma crise estrutural, da qual não consegue sair, aumentando ainda mais o grau de tensões e de conflitos do estado de guerra permanente. Exemplos concretos pululam em nosso tempo.

A constante mobilização da máquina de guerra requer não apenas apelo popular e propaganda, mas fundamentalmente a legitimação das ações a qualquer preço. Nesse sentido, a mentira como estopim ou como motivação encontra sua instrumentalidade para fomentar a contínua concorrência e suas correlatas disputas.

## 2. Guerras e mentiras: efeitos de uma ideologia dominante

Observado o conceito de guerra na historicidade específica do modo de produção capitalista, pois, cabe agora verificar a relação materialista, marxista, possível, entre guerras e mentiras.

Acontece que, no processo histórico que levou à consolidação das formas sociais do modo de produção capitalista em uma estrutura hierarquizada de determinação da sociabilidade, fez-se necessário ressignificar as relações sociais preexistentes. O que era natural, legítimo e bom no feudalismo europeu, por exemplo, já não o podia ser no capitalismo. O reconhecimento de si e dos demais tampouco se podia manter como no modo de produção anterior. Não mais clãs ou tribos, coletividades de fronteiras fluidas, busca pela Salvação no Paraíso, costumes e tradições. As tônicas das organizações subjetiva e social dos seres humanos, desde então, por necessidade material da instauração das formas sociais, deveriam (e passaram a) ser outras: individualismo, acúmulo de dinheiro, liberdade de desenvolver atividade econômica, sujeitos de direito, normas jurídicas universais, exércitos e polícias, fronteiras rígidas marcadas em mapas, nações.

As formas sociais do capital demandavam naturalização histórico-social e aceitação subjetiva da dominação de classe típica do novo modo de produção e, a partir daí, desenvolve-se a ideologia dominante do capitalismo (ou sua Ideologia, com letra inicial *i* maiúscula).

(...) deve-se constituir-la a partir do que existe, a partir dos elementos, das regiões, da ideologia existente; a partir do que o passado legou, que é diverso e contraditório, e através dos acontecimentos científicos e políticos que surgem incessantemente. (...) Na luta de classes e suas contradições, do que se trata é de constituir uma ideologia que supere todas essas contradições e que se unifique em torno dos interesses essenciais da classe dominante (...). (Althusser, 1988, p. 71).

A Ideologia é dominante, então, porque supera as contradições do modo de produção e unifica seus conteúdos imaginários em torno dos interesses da classe dominante. Não é, portanto, produzida pela burguesia, mas, enquanto fruto material necessário das relações sociais do modo de produção, que estabelecem a luta de classes, a Ideologia é dominante porque reflete os interesses da e na reprodução dessas relações sociais; interesses que são os da classe dominante.

A descoberta da Ideologia, no ensejo do desenvolvimento de uma *teoria material da ideologia*, em geral, deu-se por obra do filósofo franco-argelino Louis Althusser, a partir de elementos filosóficos resgatados da obra de Marx e, além disso, sob elementos da redescoberta, da retomada de Freud, na psicanálise, por Jacques Lacan.

Trata-se de um componente essencial da reprodução do modo relacional de produção social que faz com que, para além da mera violência direta, da repressão, os seres humanos, inconscientemente constituídos para tanto, concordem voluntariamente com sua submissão (i) a quem devem ser neste mundo que reconhecem como seu, (ii) ao seu lugar, seu papel reconhecido nesse mundo, (iii) a como as coisas são no mundo em que vivem. A Ideologia constitui, no inconsciente, como evidências, o *eu sou*, o *tu és*, o *nós somos*, o *eles são*, o *isso é assim mesmo*, o *isso sempre foi assim*, *é natural*, o *isso deve ser assim*, bem como as próprias possibilidades e condições de pensamentos, dicções linguísticas e práticas que permeiam essas questões. Há, ainda, uma garantia, por meio da ideologia, de que tais questões se encontram sempre já respondidas por estruturas sociais pré-constituídas e às quais os seres humanos se submetem na forma do reconhecimento de uma evidência (as formas sociais). Autoidentificação e autorreconhecimento (ser, pensar, falar, fazer), reconhecimento dos demais, reconhecimento de uma divisão social (do trabalho, de classes, de grupos de interesses),

reconhecimento de uma estrutura organizada da sociabilidade: tais questões compõem os efeitos da Ideologia em seu aspecto prático.

Tais expedientes são alcançados por meio de representações mentais dos sujeitos. Representações imaginárias sobre suas relações sociais reais, que são constituídas a partir de uma rede simbólica de significantes.

De forma bastante sintética, a partir da teoria de Althusser (2008) e de Lacan (1996, p. 89) conjugadas, pode-se esclarecer que o real é uma instância de tamanha complexidade e profundidade que não pode ser acessado por completo, por meio da linguagem, pelo indivíduo; não pode ser apreendido pela linguagem. O imaginário é a instância na qual, por meio de uma tentativa de organização do real, e sempre sob a sombra de uma falta, da própria impossibilidade dessa organização total, forma-se a identidade do *eu*. O imaginário viabiliza o reconhecimento incompleto de um *eu* individual pelos sujeitos. O simbólico é a instância na qual se estabelece uma rede de significantes, estruturada como uma linguagem, que conferirá as condições de possibilidade de formalização do imaginário

Logo, a Ideologia será composta, no capitalismo, por uma rede de significantes (estabelecida pelas formas sociais do modo de produção) que constitui sujeitos com representações imaginárias lastreadas, no mínimo, (i) pela sociabilidade mediante formas econômicas, (ii) pela subjetivação a partir da subjetividade jurídica e (iii) pelo agrupamento político a partir da nação, no Estado referencial de cada sujeito.

Essa Ideologia, a partir de significantes, constituirá sujeitos concretos com diversas ideologias setoriais ou parciais (denominadas simplesmente ideologias, com letra inicial *i* minúscula). E é na materialidade de rituais e práticas, situados em Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que se constituirão essas ideologias. As ideologias, em cada AIE, concretizam a Ideologia ou, como disse o próprio Althusser:

Um Aparelho ideológico de Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia (...) ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de “suporte”. (Althusser, 2008, p. 100-101).

Logo, as práticas políticas, teóricas, religiosas, familiares, profissionais etc. de cada sujeito estarão situadas em AIE e, dessa maneira, cada sujeito apresentará uma ideologia parcial, concreta, que formará suas representações imaginárias sobre suas relações sociais reais.

A partir desse referencial, então, pode-se chegar aos dois conceitos de mentira que serão aqui apresentados em sua relação epistemológica com a guerra: *mentira-propaganda* e *mentira-invisibilidade*.

Fruto das ideologias que permeiam cada espaço geográfico em cada tempo histórico, em flutuações atribuídas aos diversos AIE e às dinâmicas das lutas de classes, a mentira-propaganda é o conceito que compreende as justificativas episódicas para cada guerra específica, falseando suas razões materiais imediatas. São os discursos e alegações que se produzem e se apresentam no âmbito de cada território em guerra, para justificar a ação beligerante.

Logo, seja para *acabar com a ameaça judaica*, na Segunda Guerra Mundial, seja para *levar a democracia à ditadura comunista*, na guerra dos EUA contra o Vietnã, por exemplo, os mais variados discursos são empregados como justificativas episódicas para condutas de guerra entre povos. Esses discursos passam a permear diversos AIE dentro de cada território em guerra, para gerar a legitimação e a naturalização dos motivos da guerra, geralmente pautados em valores

diretamente atrelados à Ideologia, tais como liberdade econômica, nacionalismo, garantia dos direitos humanos etc.

Exemplo privilegiado e bem documentado do sistemático uso da mentira-propaganda tem-se no caso do nazismo alemão da primeira metade do século XX, no qual a produção teórica das ideologias, seja em AIE como mídia de massas, universidades, escolas, clubes e famílias, pautava-se nos “grandes conjuntos, grupos e comunidades que estruturam o ser: a raça, a nação, a família, a paróquia” (Chapoupot, 2024, p. 73).

Observe-se que a mentira-propaganda, portanto, por se tratar de expressão de ideologias, fornece representações mentais imaginárias concretas para os fundamentos materiais reais de cada guerra específica. Seu conteúdo, portanto, é altamente variável no tempo e nos espaços geográficos, amoldando-se a cada formação social específica na qual determinados AIE são utilizados para a propagação do falseamento dos motivos da guerra.

A mentira-invisibilidade, por sua vez, parte de outra sorte de problemas. Trata-se de conceito que representa a própria impossibilidade epistemológica da ciência contemporânea de chegar aos fundamentos materiais das guerras no modo de produção capitalista.

Acontece que a ciência predominante que se pratica desde o advento da Modernidade e, portanto, a partir do estabelecimento e da universalização das formas sociais do capitalismo, está também imersa, como prática teórica, na Ideologia. Dessa maneira, não sai em absoluto do círculo estreito da rede de significantes estabelecida pelo modo de produção. Suas conceituações e teorizações tendem a considerar a guerra como fenômeno trans-histórico, pertencente a alguma essência, seja da sociabilidade seja do próprio ser humano.

Por exemplo: no prefácio ao clássico livro *Da guerra*, de Carl von Clausewitz (2023, p. XIX-XCI), o psicólogo e matemático Anatol



Rapoport apresenta três correntes filosóficas específicas sobre a guerra, quais sejam, a política, a escatológica e a cataclísmica. Em linhas gerais, a primeira reconhece a guerra como uma continuação da política estatal e, conquanto inicialmente considerados seus critérios abstratos de existência como a instrumentalidade, a racionalidade e o nacionalismo, indica Rapoport que se devem verificar nos casos concretos as condições específicas de cada conflagração de força entre povos determinados. A segunda corrente antevê na guerra um ponto culminante da história, a realização de um desígnio a ela externo, seja natural, seja divino ou humano. Por fim, a terceira corrente apresenta a guerra como o advento de uma catástrofe, variando entre conflitos de abrangência etnocêntrica ou global.

Metaforicamente falando, a guerra é comparada: na filosofia política, a um jogo de estratégia (como o xadrez); na filosofia escatológica, a uma missão ou ao desfecho de um drama; na filosofia cataclísmica, a uma explosão ou a uma epidemia. (Rapoport, 2023, p. XXV).

O que guardam em comum as três correntes indicadas é que todas consideram a guerra e suas causas determinantes como trans-históricas: sempre houve guerras e sempre haverá (até a eventual extinção da própria história humana), sob elementos constantes como suas condições determinantes invariáveis (interesses políticos, em geral, realização de uma finalidade externa à história ou catástrofe de povos ou da própria humanidade).

Uma conhecimento teórico sobre a guerra assim estabelecido é incapaz de formular conceitos que partam da realidade da guerra, de suas razões materiais, e, mais do que isso, de sua especificidade histórica a partir das formas sociais do modo de produção capitalista. Naquilo que esse conhecimento dominante e imerso na Ideologia vê como seu objeto, pois, está encerrada uma invisibilidade das razões reais, materiais, das guerras no período histórico que tem início com a universalização das

formas sociais capitalistas. É o que Althusser denomina “a identidade do não-ver com o ver no ver” (1979, p. 20).

A mesma relação que define o visível define também o invisível, como seu avesso de sombra. É o campo da problemática que define e estrutura o invisível como excluído definido, *excluído* do campo da visibilidade, e *definido* como excluído, pela existência e pela estrutura própria do campo da problemática; como o que interdita e recalca a reflexão do campo sobre seu objeto, isto é, o relacionamento necessário e imanente da problemática a algum de seus objetos. (...) Esses novos objetos e problemas são necessariamente *invisíveis* no campo da teoria existente, porque não são objetos dessa teoria, porque são seus *interditos* – objetos e problemas necessariamente sem relações necessárias com o campo do visível definido por essa problemática. (Althusser, 1979, p. 25)

A mentira-invisibilidade, então, é a grande mentira que se tem em todas as considerações teóricas sobre os confrontos bélicos que, após o advento da ciência marxista, ignoram a problemática instaurada desde Marx, ou seja, não consideram nem apresentam os motivos fundantes das guerras: (i) a partir da especificidade histórica do modo de produção no qual ocorreu o confronto, (ii) a partir das formas sociais do modo de produção capitalista, (iii) a partir das dinâmicas das lutas de classes que o constante devir heterogêneo da reprodução do modo de produção causa.

Do ponto de vista de cada ciência que aborda a guerra sem referidos lastros teóricos elas não apresentam mentiras. Estão inseridas naquilo que, diante de seus respectivos sistemas conceituais (suas problemáticas idealistas), podem efetivamente ver sobre o (e no próprio) mundo. Entretanto, diante da ciência marxista da sociabilidade humana, trata-se da mentira-invisibilidade, ou seja, de produções teóricas que escamoteiam, falseiam os fundamentos materiais para a ocorrência de todas as guerras.

## Conclusões

Guerra e mentira não podem ser considerados conceitos atinentes nem a essências quaisquer nem a eventos ou fenômenos trans-históricos. Tanto uma quanto outra inserem-se na materialidade específica da sociabilidade determinada pelo modo de produção social em que historicamente se dão. Eis o pressuposto básico, de materialismo histórico, adotado neste estudo. É a partir das diversas fases internas ao devir histórico do capitalismo, portanto, que se devem verificar as variações dos conceitos indicados, para que se possa compreender a atualidade de guerras e mentiras, bem como estabelecer suas relações.

Observamos, então, como primeiro objeto de investigação, que dadas as diversas fases históricas no e do próprio capitalismo, as guerras variaram em suas características e funções específicas. Na *fase concorrencial*, até meados do século XX, guerras tornaram-se internacionais, entre Estados-nação delimitados em territórios, e voltadas à expansão do imperialismo colonial europeu (que serviu à universalização das formas de relações sociais do modo de produção emergente). Vão-se as milícias mercenárias e, via de regra, apresenta-se a estrutura de Exércitos nacionais, em conflagrações de força ainda primitivas e regionais, localizadas. Na *fase fordista*, posterior à Segunda Guerra Mundial, então, a internacionalização e a territorialidade ainda se mantinham, porém os gastos de guerra eram públicos, estatais, forjados a partir de uma indústria bélica nacional, sobrevivendo uma preocupação com a regulação normativa (não por acaso jurídico-normativa) dos conflitos na esfera multilateral internacional, como no exemplo da recém-criada ONU. Na fase *pós-fordista*, com ênfase a partir da década de 1970, houve uma difusão territorial da guerra, não mais necessariamente abarcando territórios estatais inteiros, contando com

ações de grupos privados especializados, com grandes investimentos em revolução tecnológica em áreas de interesse militar e na produção pautada em novas formas de organização do trabalho humano. Constitui-se aquilo que se pode, hoje, considerar como um estado de coisas de guerra permanente e difusa.

A implicação central para a referência materialista histórica aos conceitos, no entanto, é, primeiro, *de natureza formal e funcional*. Acontece que tanto a guerra quanto a mentira servirão, sempre, nesse modo de produção capitalista, à *única lei geral que o guia, qual seja, a acumulação do capital*, a partir da autovalorização do valor. É a estrutura do capitalismo, enquanto modo de produção social, que determina, a partir de suas relações sociais necessárias e involuntárias, quais as funções formais desempenhadas por eventos e condutas como guerras e mentiras a elas correlatas. Guerra, assim, é um meio e um instrumento para a acumulação do capital, com nuances específicos nas diversas fases do capitalismo. Mentira, no mesmo sentido, será também um meio e um instrumento para a acumulação do capital, com nuances específicos nas diversas fases do capitalismo.

E, em segundo lugar, para além desse vínculo formal de funcionalidade instrumental ao modo de produção, pode-se verificar outra relação específica para a guerra e as mentiras, agora *de natureza material-funcional*. Trata-se, na investigação do segundo objeto de estudo deste artigo, do que aqui se denominou, de um lado, *mentira-propaganda* e, de outro, *mentira-invisibilidade*.

A partir do referencial da teoria material da ideologia, tal qual proposta inicialmente por Louis Althusser, com aportes lacanianos, então, podemos verificar que a expressão imediata dos motivos fornecidos para cada conflagração bélica episódica nos diversos meios de mídias de massas, inclusive em canais oficiais de comunicação estatais, é aquilo que se denomina mentira-propaganda. Trata-se de

representações mentais, imaginárias, dos sujeitos, sobre suas relações sociais reais, fornecidas por práticas e rituais materiais em Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Bem por isso, são altamente voláteis e mutáveis, ao sabor das necessidades materiais imediatas dos promotores das guerras e das dinâmicas das lutas de classes que permeiam esses (cada um desses) AIE.

Em outra materialidade, porém, tem-se o conceito de mentira-invisibilidade, de cariz epistemológico, que diz respeito à impossibilidade das ciências, imersas nas produções teóricas, também ideológicas, do modo de produção, compreenderem, demonstrarem e fornecerem soluções para os fundamentos materiais concretos das guerras no capitalismo. Como exemplo, citamos as compreensões teóricas contemporâneas ditas política, escatológica e cataclísmica sobre a guerra. Tais produções teóricas, não suportadas pelo materialismo histórico, então, nos limites de seus respectivos sistemas conceituais (suas problemáticas, portanto, idealistas), não conseguem alcançar a determinação estrutural do modo de produção capitalista para a ocorrência das guerras e, dessa maneira, produzem suas verdades teóricas como mentiras-invisibilidades.

Assim, é porque o capitalismo precisa de guerras como instrumental dinâmico para diversos episódios de alteração das possibilidades imediatas de acumulação de capital que as mentiras a elas se atrelarão. Seja, primeiro, como justificativas imaginárias para sua ocorrência (levar a civilização para povos atrasados, levar a democracia para regimes políticos outros ou preservar a segurança nacional em face de grupos terroristas organizados em Estados), seja, segundo, como invisibilidades teóricas sobre seus fundamentos materiais concretos, direta e necessariamente conjugados ao modo de produção, as mentiras aparecem relacionadas de maneira formal e material, sempre funcional, com as guerras.

É somente com a superação do capitalismo, de suas formas sociais, que se poderá superar, também, o estado de guerra difusa e perene que vivenciamos na sociabilidade global de hoje, com sua necessária conjugação, formal e material, com as mentiras sobre a guerra e seus fundamentos. Entender as relações entre guerra e mentiras, nessa esteira de raciocínio, é uma contribuição fundamental para a prática possível da superação do modo de produção capitalista.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. De “O Capital” à filosofia de Marx. In: ALTHUSSER, Louis. RANCIÈRE, Jacques. MACHEREY, Pierre. *Ler O Capital*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, Volume 1.

ALTHUSSER, Louis. O objeto de O Capital. in ALTHUSSER, Louis. BALIBAR, Étienne. ESTABLET, Roger. *Ler O Capital*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, Volume 2.

ALTHUSSER, Louis. *Filosofia y Marxismo*. Entrevista por Fernanda Navarro. Mexico, DF: Siglo XXI, 1988.

ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ALTHUSSER, Louis. Advertência aos leitores do Livro I d'O capital. in MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, Livro I – O processo de produção do capital.

BUGIATO, Caio. “Marx e Engels: política internacional e luta de classes”. *Rev. Carta Inter.*, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, 2018, p. 193-212.

CALDAS, Camilo Onoda. *A teoria da derivação do Estado e do direito*. 2ª ed., São Paulo: Contracorrente, 2021

CHAPOUTOT, Johann. *A revolução cultural nazista*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2024.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. 4ª ed., Trad. de Maria Teresa Ramos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

FIORI, José Luís. (Org.). *Sobre a Guerra*. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

HEINRICH, Michael. *An Introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital*. Translated by Alexander Locascio. New York: Monthly Review Press, 2004.

HIRSCH, Joachim. *Der nationale Wettbewerbsstaat*. Staat, Demokratie und Politik im globalen Kapitalismus. Berlin: Edition ID-Archiv, 1995.

HIRSCH, Joaquim. *Teoria materialista do Estado*. Processos de transformação do sistema capitalista de Estados. Tradução de Luciano Cavini Martorano. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa*. Dois séculos reveem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

KURZ, Robert. *A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global*. [S. l.], n. 28, p. 55–115, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24388>.

KURZ, Robert. *A democracia devora seus filhos*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985

LACAN, Jacques. *O seminário*. Livro 1. Os escritos técnicos de Freud. Tradução de Bety Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, Livro I – O processo de produção do capital.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. 1845-1846. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Guerra Civil dos Estados Unidos*. Tradução de Luiz Felipe Osório e Murilo Van der Laan. São Paulo: Boitempo, 2022.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.



Luiz Felipe Brandão Osório  
Leonardo Godoy Drigo

MENEGAT, Marildo. A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe. O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto, in: *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MORFINO, Vittorio. A causalidade estrutural em Althusser. in *Revista Lutas Sociais*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Vol. 18(33), p. 102–116, 2014.

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*. São Paulo: Ideias e Letras, 2018.

POULANTZAS, Nicos. A Internacionalização das Relações Capitalistas e o Estado-Nação. IN: POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 45-96.

RAPOPORT, Anatol. Prefácio. in CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. 4ª ed., Trad. de Maria Teresa Ramos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.